

Adecif: financeira foi vítima de uma intriga

— Foi com surpresa e tristeza que recebi a notícia de que o Governo resolveu voltar a limitar o crescimento das aplicações das financeiras em crédito pessoal. As financeiras foram vítimas de um embargo auricular, isto é, de pessoas que foram aos ouvidos das autoridades acusá-las de abusos — disse, ontem, o presidente da Associação das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (Adecif), Germano de Brito Lyra.

E acrescentou:

— Desconheço esses abusos e temo por uma cisão patronal no mercado financeiro, dividindo empresas de conglomerados e as independentes.

Germano de Brito Lyra almoçou ontem com a imprensa na sede da Adecif. Segundo confidenciou aos repórteres, pela manhã havia pensado em não comparecer ao encontro, apesar de o almoço ter sido marcado com antecedência. Observou que agosto costuma ser um mês muito ruim para o Brasil e que este ano não estava fugindo à regra.

— É interessante, não? Os maiores bancos privados do País se reúnem com as autoridades em Brasília e o resultado da reunião são medidas prejudiciais para os bancos de investimentos e para as financeiras, sobretudo as independentes.

Aos bancos de investimentos, em sua opinião, coube até o pior quinhão na partilha de sacrifícios.

— Graças a Deus, nós, financeiras, não teremos que operar com taxas pós-fixadas. Taxas pós-fixadas não passam de um tabelamento disfarçado. Felizmente, ficamos com o monopólio das operações prefixadas.

Em todo o almoço, o presidente da Adecif mostrou-se muito preocupado com o momento atual de "desestabilização".

Disse que "vai exigir de todos os representantes do mercado financeiro um espírito associativo muito grande, porque se tiverem que enfrentar uma ruptura dentro do sistema, passariam por grandes problemas pela frente".

NÃO HA ABUSOS

As acusações às financeiras, segundo ele, são absolutamente infundadas. Todo o sistema financeiro brasileiro tem imperfeições, mas não é verdadeira a afirmativa de que as financeiras estavam burlando a exigência governamental segundo a qual só poderiam conceder empréstimos pessoais no máximo valor de 50 ORTNs.

— Foram comentar às autoridades que as financeiras estavam fazendo vários financiamentos à mesma família — ao gato, ao cachorro, a filha, a mãe, a esposa, ao marido — no valor de 50 ORTNs, ao in-

vés de respeitar o limite de financiamento por família de 50 ORTNs.

Mas mesmo se este fenômeno estivesse ocorrendo, em um índice pequeno, Germano acha que não é tão pernicioso, porque financeiras são as únicas empresas do mercado que não operam com taxas subsidiadas.

— Financiamos sonhos a taxas reais. Se o brasileiro para comprar um automóvel, uma motocicleta, pagar uma prestação, quiser arcar com mais de um empréstimo às taxas de juros mais altas do mercado, o sacrifício será dele.

Para Germano de Brito Lyra, a obrigatoriedade da correção pós-fixada nas operações ativas e passivas dos bancos de investimentos e bancos de desenvolvimento deve ser vista sob dois enfoques.

O primeiro deles, já citado, é o de representar um tabelamento.

E o segundo, é tratar-se de uma mera ilusão para o tomador, já que não representa queda nas taxas de juros.

— A correção postecipada dará uma sensação de que as taxas de juros dos empréstimos são mais suaves. Mas esta sensação é originada pelo desconhecimento da matemática financeira. Qualquer pessoa que saiba operar uma HP (máquina de calcular) verificará que as taxas pós-fixada são equivalentes às prefixadas — disse.

A única diferença entre tomar um empréstimo com taxa prefixada do de tomar com taxa posfixada, segundo Germano, é a seguinte:

— A taxa prefixada é descontada na hora. O tomador, ao pedir um empréstimo de Cr\$ 100, recebe Cr\$ 40. No caso da taxa pós-fixada, pede Cr\$ 100, recebe os Cr\$ 100, mas vai pagar Cr\$ 230 depois de um ano. Sai feliz, não se sente irritado com o banco ou espoliado, enfim, sai dignamente endividado.

Quando Germano estava almoçando, outros dirigentes de financeiras chegaram à mesa, entre eles o presidente da Cédula, Michel Stivelman, e o presidente da Fininvest, Oswaldo Antunes Maciel.

Para Stivelman, as financeiras foram usadas pelo Governo como bodes expiatórios.

Já Oswaldo Antunes Maciel considera que o Governo deveria ter um motivo para a medida, como o de conter a recuperação econômica, e que por isso era preciso compreender a decisão das autoridades. Saíu uma disputa entre os dois, o que fez Germano declarar:

— Como vê, meu receio de cisão no setor não é infundado. Eu que pensava que iria para Fortaleza, ao congresso de financeiras, que se realizará no final de setembro, passear, teria que mudar meus planos. Vou trabalhar.